



3684 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT02 - História da Educação

Revisitando a história do ensino superior brasileiro - de Eptácio Pessoa a Luiz Inácio Lula da Silva
Ridolfo Medeiros Alves de Oliveira - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Daniele da Rocha Carvalho - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Isauro Beltrán Nuñez - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Passados quase 100 anos desde a criação da primeira universidade federal, conforme dados disponibilizados no Portal e-Mec, hoje existem 3.011 instituições de ensino superior presencial no Brasil, das quais 63 possuem categoria administrativa "Pública Federal", sob a organização acadêmica "Universidades". O presente trabalho objetiva realizar uma retrospectiva histórica da evolução do ensino superior brasileiro nos últimos 100 anos, sob a forma de um estudo de revisão bibliográfica, com abordagem descritiva. Conclui que o modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil, que se intensificou após a aprovação da LDB (Lei n. 9.394/96), teve como diretriz central a abertura do setor aos agentes do mercado, o que fica nítido ao constatar que cerca de 88% das IES brasileiras são de natureza privada, e que, não obstante a grande evolução na oferta de vagas ocorrida nos últimos 100 anos, o Brasil não resolveu o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do país, ainda estando muito distante da modesta meta 12 estabelecida no Plano Nacional de Educação, que é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

1920-2018: Da primeira universidade federal aos dias atuais, uma retrospectiva da evolução do ensino superior brasileiro

1 INTRODUÇÃO

Os jesuítas tiveram exclusividade na administração do sistema educacional brasileiro por mais de 200 anos, até que, em 1759, foram expulsos do Brasil a partir das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal, que foi primeiro-ministro de Portugal no período de 1750 a 1777.

A reforma pombalina, que se insere no contexto histórico do despotismo esclarecido e do enciclopedismo francês, com o objetivo de recuperar o atraso da metrópole lusitana em relação a outros países, pregava a abertura do ensino às ciências experimentais, tornando-o mais prático e utilitário, despertando um número cada vez maior de interessados no ensino superior. (OLIVEIRA, 2004)

Cerca de 200 anos antes, em 1549, segundo Sardinha (2006), os jesuítas haviam criado a primeira escola de ensino superior no Brasil, no estado da Bahia, que era a sede do governo geral do Brasil. No período colonial existiam no Brasil, conforme ressalta Figueiredo (2005), apenas cursos superiores de Filosofia e Teologia, ambos oferecidos pelos Jesuítas.

No entanto, o ensino superior brasileiro só veio a se consolidar com a vinda da família real portuguesa para o país, em 1808, fugindo das guerras napoleônicas. Motivado pela necessidade de organizar a Corte, formando quadros administrativos na Colônia, o imperador D. João VI autorizou a criação dos primeiros cursos superiores no país. (NUNES, 2007)

Porém, somente depois de 112 anos desde a chegada da família real ao Brasil, foi criada a primeira universidade brasileira. Fávero (2006) destaca que foi por meio do Decreto nº. 14.343, de 7 de setembro de 1920, que o então presidente Eptácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro. Então, após mais de 400 anos do seu descobrimento, no início do século XX, o governo brasileiro deu um importante passo para o desenvolvimento da educação superior brasileira, criando a sua primeira universidade federal, no Estado do Rio de Janeiro.

Passados quase 100 anos desde a criação da primeira universidade federal, conforme dados disponibilizados no Portal e-Mec, hoje existem 3.011 instituições de ensino superior presencial no Brasil, das quais 63 possuem categoria administrativa "Pública Federal", sob a organização acadêmica "Universidades".

Face o exposto, se propõe a seguinte problemática para o desenvolvimento dessa pesquisa: como se deu a evolução do ensino superior brasileiro, desde a criação da primeira universidade federal há quase 100 anos?

Por conseguinte, o objetivo geral desse trabalho é fazer uma retrospectiva histórica da evolução do ensino superior brasileiro nos últimos 100 anos, sob a forma de um estudo de revisão bibliográfica, com abordagem descritiva.

2 A FORMALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Fávero (2006) destaca que foi por meio do Decreto nº. 14.343, de 7 de setembro de 1920, que o então presidente Eptácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro. Então, após mais de 400 anos do seu descobrimento, no início do século XX, o governo brasileiro deu um importante passo para o desenvolvimento da educação superior brasileira, criando a sua primeira universidade federal, no Estado do Rio de Janeiro.

Chiroleu (1998, p. 13) reforça que "em 1920 la Universidad de Rio de Janeiro encabeza la creación de una serie de instituciones de ese tipo, aunque éstas constituyen una forma alternativa pero no exclusiva de educación superior".

De acordo com Nunes (2007), a educação superior brasileira, que teve seu início direcionado apenas à formação e reprodução de elites, expandiu-se para os segmentos médios da população apenas na segunda metade do século XX. Foi também nessa época que o ensino superior se desenvolveu na forma universitária (a partir de 1930), deixando de ser predominantemente desenvolvido em faculdades e escolas isoladas, fortalecendo-se nos anos de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases (1961) e com a reforma universitária (1968).

Nesse período, afirma Gouveia (2009), começaram a surgir problemas relacionados à disponibilidade de vagas e ao acesso ao ensino superior, já que o mesmo passou a ter grande importância individual, pois a qualificação acadêmica passou a ser fundamental para a aquisição de um bom emprego e para a possibilidade de ascensão social da classe média.

Sobre esse período de desenvolvimento das universidades, Oliven (2005, p. 125) afirma que "De 1945 a 1964 o ensino superior brasileiro viveu uma fase de integração, com a criação de universidades mediante vinculação administrativa de faculdades já existentes e com a federalização de grande parte de estabelecimentos de ensino de terceiro grau".

Nos dias de hoje, quase um século após a criação da Universidade do Rio de Janeiro, visando alavancar o crescimento da oferta de vagas federais no ensino superior, o governo federal tem investido na expansão e na interiorização do ensino superior federal, por meio da construção de novas unidades de instituições federais de ensino superior. O Ministério da Educação divulgou o resultado da expansão da Rede Federal de Educação Superior no Governo Lula, ressaltando que o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003, para 237 em 2011. Nesse período foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi.

Conforme o último censo da educação superior (INEP, 2018), realizado no ano de 2015, havia 63 universidades federais, o que representa apenas 8,2% das IES, enquanto as faculdades representam 83,8%, os centros universitários (6,3%) e os IFs e Cefets (1,7%).

Em se tratando de categoria administrativa, o INEP (2018) apurou no censo de 2015 que havia 2.364 IES no Brasil, das quais 2.069 eram privadas, representando 87,52% do total. Isso é consequência dos baixos investimentos anuais em educação em relação ao número total de habitantes. No Brasil, assim como na Argentina e no México, o investimento anual em educação gira em torno de 200 dólares por habitante, enquanto na Suécia e na Suíça esse investimento supera 2.000 dólares por habitante, e em países como Estados Unidos, Canadá, Holanda, Austrália, Japão, Alemanha, França e Áustria, o valor dos investimentos anuais em educação é de cerca de 1.500 dólares por habitante. (RISTOFF, 2000)

3 CONCLUSÃO

O objetivo geral desse trabalho foi realizar uma retrospectiva histórica da evolução do ensino superior brasileiro nos últimos 100 anos. Observando o panorama atual, se conclui que o modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil, que se intensificou após a aprovação da LDB (Lei n. 9.394/96), teve como diretriz central a abertura do setor aos agentes do mercado, o que fica nítido ao constatar que cerca de 88% das IES brasileiras são de natureza privada.

Não obstante a grande evolução na oferta de vagas ocorrida nos últimos 100 anos, o Brasil não resolveu o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do país, e produziu uma privatização e mercantilização sem precedentes, conforme assevera Pinto (2004), com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade, estando muito distante da modesta meta 12 estabelecida no Plano Nacional de Educação, que é "elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público". (MEC/SASE, 2014, p. 13)

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Eduardo M.; SALGADO, Pablo. Universidade pública deve ser grátis para quem pode pagar? Faculty of Arts and Sciences, Harvard, 2011. Disponível em: <http://www.people.fas.harvard.edu/~azevedo/papers/educacao_superior_no_brasil.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2011.

CHIROLEU, Adriana R. Admisión a la universidad: Navegando en aguas turbulentas. Revista Educação e Sociedade. Campinas: v. 19, n. 62, abr. 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Revista Educar. Curitiba: Editora UFPR, 2006, n. 28, p. 17-36.

FIGUEIREDO, Érika Suruagy A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: Um olhar a partir da história. Revista da UFG. Goiânia: UFG, 2005, Ano VII, n.2.

GOUVEIA, Luana. Ensino superior público e privado no Brasil e no Chile desde as reformas educacionais de 1968 e de 1981 até a década de 2000: financiamento, acesso e desigualdade. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Boletim de políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, mar. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo Técnico: Censo da Educação Superior de 2015. 2. ed. Brasília: INEP, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. Reuni 2008: Relatório de primeiro ano. Brasília: MEC, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO (MEC/SASE). Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, MEC, 2014.

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. Revista de Administração Pública. Edição Especial Comemorativa. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 103-147.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 12, n. 45, out./dez. 2004.

OLIVEN, Arabela Campos. A marca de origem: Comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 111-135, maio/ago. 2005.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n. 88 – Especial, p. 727-756, out. 2004.

RISTOFF, Dilvo I. A tríplice crise da universidade brasileira. In: TRINDADE, Héglio (Org.). Universidade em ruínas: na república dos professores. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SARDINHA, Sebastião Fernandes. Direito à educação superior, um eufemismo lógico: A história do encobrimento do Brasil. Jus Navigandi, nov, 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9278>>. Acesso em: 12 jul. 2007.